



IV Legislatura  
II Sessão legislativa

Número: 39  
Horta, Sexta-feira, 15 de Junho de 1990

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**DIÁRIO**  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite

**Secretários:** Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO  
DA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL  
DOS AÇORES

Os trabalhos iniciaram-se às 14,15 horas.

Por acordo entre a Mesa, os Presidentes dos Grupos Parlamentares e o Representante do PCP, a primeira parte desta Sessão destinou-se apenas à chamada dos Srs. Deputados.

Os trabalhos foram suspensos às 14,20 horas, sendo reiniciados às 15,20 horas.

Na segunda parte teve lugar a Sessão Solene comemorativa da inauguração da nova Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, à qual esteve presente Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, encontrando-se também presentes na Sala de sessões as principais autoridades civis, eclesiásticas e militares, bem como outros convidados.

Proferiram intervenções sobre o significado de tão importante acontecimento, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Martins Goulart (PS), Madruga da Costa (PSD), bem como o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Dr. Reis Leite, e o Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Vitor Crespo.

Por fim, discursou Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Os trabalhos terminaram às 16,45 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 14,15 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, António Varão, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Jorge Cabral, José Ramos Aguiar, Madrugada da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Tomaz Duarte, Alvaro Pacheco; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; **CDS** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - Paulo Valadão).

**Presidente:** Estão presentes 37 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Informo os Srs. Deputados que recebi, do Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Henrique Aguiar Rodrigues, a seguinte carta:

"Excelência

Embora neste isolamento, que cada vez mais me apetece, rodeado dos fantasmas que me apertam o coração e com a sensação de alguns me pesarem na consciência, não consigo fugir, mesmo agora, a esta força que desde há anos condiciona uma parte significativa da minha vida, e que hoje leva o meu pensamento para a inauguração da nova Sede do nosso Parlamento.

Nestes tempos difíceis da caminhada do nosso Projecto Colectivo espero, que esta mudança guarde a memória do caminho percorrido e que nela se cumpra a esperança que temos no Futuro!

Impossibilitado de participar nesse acto simbolicamente importante da nossa História, ocupando o meu lugar de Deputado, peço a Deus que continue a ajudar-nos na salvaguarda dos legítimos interesses do Povo Açoriano.

Apresento a V. Exa. as minhas calorosas felicitações que, por intermédio da Sua Pessoa são extensivas a todos os que trabalham na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Respeitosos cumprimentos.

Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues."

Recebi também do Sr. Engenheiro Germano Domingos um telefax que passo a ler:

"Como Deputado Constituinte pelo então distrito da Horta, como estudante e Secretá-

rio Agricultura e Pescas nessa cidade e ainda como Secretário do Equipamento Social e Açoriano onde coloquei todo o meu empenho pessoal nessa obra felicito Vexa e Senhores Deputados desejando novas instalações contribuam prestígio e reforço nossa autonomia stop Solicito seja dado conhecimento deste Fax todos os Deputados Stop. Saudações democráticas.

Germano Domingos".

Srs. Deputados, vamos agora interromper os nossos trabalhos para podermos receber o Senhor Presidente da República e os outros convidados.

Seguidamente terá lugar a Sessão Solene.

Lembrava aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que, conforme combinámos, receberemos o Senhor Presidente da República à porta principiapl do edifício, teremos, de seguida, a benção do edifício pelo Senhor Bispo, a sessão Solene e a sessão de cumprimentos.

Está suspensa a Sessão.

(Eram 14,20 horas)

Cerca das 15,20 horas deu entrada na Sala de Plenários, onde iria ter lugar a Sessão Solene, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, o qual foi aplaudido por toda a Câmara.

Ouviram-se, de seguida, os acordes dos Hinos Açoriano e Nacional, tendo-se, então, iniciado a Sessão propriamente dita.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhor Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Senhor Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional dos Açores, Senhor Bispo dos Açores, Senhor Juiz Conselheiro, Senhor General Comandante das Forças Armadas. Ilustres Convidados, Senhores Deputados:

Com esta Sessão Solene, presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, inicia-se o funcionamento da Sede definitiva desta Assembleia Legislativa Regional.

A inauguração de um edifício próprio para instalação da Assembleia Legislativa simboliza o carácter perene das instituições autonómicas e faz-nos recordar que o sistema constitucional da autonomia, enquanto sistema, não é uma solução nem temporária nem con-

juntural.

A inauguração desta Sede definitiva da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, obriga a que lembremos, também, a vontade política que sentimos de este órgão ter, no contexto do sistema autonómico, um funcionamento mais activo, mais interveniente e mais determinante, no quadro das importantíssimas competências que são as suas.

As instalações, pelo seu significado simbólico e pelas condições de trabalho que propiciam, são importantes, mas muito mais importante é a forma como o órgão actua e cumpre as suas competências.

O PCP, defensor do sistema constitucional da autonomia, tem lutado e continuará a lutar para que esta Assembleia atinja a dignidade política que a Lei Fundamental lhe atribui, mas que só pode ser conseguida com uma perspectiva de desgovernamentalização do sistema que, por enquanto, não existe.

A consolidação e aprofundamento da Democracia Portuguesa, da qual o sistema autonómico é parte, determinará que neste mesmo hemiciclo e pelos anos fora sejam, certamente, tomadas importantíssimas e lúcidas decisões no sentido de ser promovido e realizado um desenvolvimento socialmente útil.

No entanto, no momento que passa, são ainda mais fortes as nuvens negras das dificuldades, das descrenças e da estagnação, do que o céu aberto do progresso, do desenvolvimento e da justiça social.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ilustres Convidados, Senhores Deputados:

A evolução da situação política específica desta Região Autónoma ganhou, de há 2 anos a esta parte, uma aceleração e um sentido que eram inesperados para muitos.

O descontentamento social em relação a diversos dos contornos que o exercício dos poderes regional e local assumiu nos anos anteriores acentuou-se e adquiriu a dimensão de fenómeno político transformador.

As transformações na composição dos órgãos políticos, verificadas na sequência dos actos eleitorais de 88 e 89, foram de vulto, tendo adquirido grande dimensão, no que respeita à titularidade do exercício do poder, nas eleições autárquicas.

As dificuldades objectivas que a nossa economia regional de leite e carne tem em suportar e ultrapassar as consequências da adesão à CEE tornaram-se patentes, mesmo para aqueles que as não admitiam ou que as não referiam.

A situação financeira regional agravou-se de forma séria, confirmando os vaticínios dos que não vislumbravam um desenvolvimento gerador de receitas que compensassem os inevitáveis aumentos de despesas.

As assimetrias sociais não tiveram uma evolução num sentido da sua correcção e situações como as carências habitacionais das classes desprovidas de recursos, os inúmeros casos de acentuada pobreza, as dificuldades de obtenção do 1º emprego e outras, tiveram, mesmo, agravamentos sérios.

Nestes dois últimos anos, parece que o tempo andou mais depressa nesta Região Autónoma, tenha havido uma forte acentuação do desfasamento que há realmente entre as políticas que o poder regional estabelecido desenvolve e as necessidades e problemas que esta Região e as suas populações enfrentam.

Estamos, também nos Açores, no limiar de tempos de mudança, mudanças essas que serão inevitáveis e serão positivas se os vários intervenientes, nos campos social e político, que para elas têm que contribuir, o souberam fazer com lucidez, com ousadia e com bom senso.

Nestes dois anos uma questão terá havido, em relação à qual foram clarificados aspectos essenciais. Trata-se da magna questão do entendimento que se tem que ter sobre o significado, o alcance e a importância da Autonomia Constitucional.

A Presidência Aberta realizada pelo Senhor Presidente da República há pouco mais de um ano constituiu um momento importante de clarificação de conceitos nessa matéria.

A dimensão e a importância da Autonomia não só foram sublinhadas como foram, de forma clara, evidenciadas em todos os aspectos ligados a essa importante ocorrência política e institucional.

Essa clarificação política dos conceitos, embora não neutralizasse, totalmente, o vício conflitual que alguns pretendem que tem que marcar, nos dois sentidos, o relacionamento entre a Região e a República, teve o elevado mérito de demonstrar que não só é exigível e necessário, mas é também possível introduzir nesse relacionamento um conteúdo e um estilo compatível com a natureza democrática profunda que o sistema encerra em si mesmo.

Das questões do relacionamento entre a Região e a República duas há que assumem, neste momento, enorme importância:

- A necessidade do nosso País obter, no âmbito da CEE, um conjunto de medidas espe-

cíficas que viabilizem, no quadro do Mercado Único, o desenvolvimento desta Região a partir do aproveitamento das suas potencialidades próprias.

- A necessidade de serem encontradas novas formas no relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, por forma a que esta última possa dispor dos meios indispensáveis ao seu desenvolvimento.

O desafio que se coloca, numa perspectiva interna, a esta Região, às suas populações em geral, aos seus órgãos de governo próprio, com grande destaque para a Assembleia Legislativa Regional, é o de saberem aproveitar a dinâmica de mudança que existe por forma a obterem as transformações de que carecem.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ilustres Convidados, Senhores Deputados:

A inauguração deste edifício não marca nenhuma nova etapa no processo político específico desta Região, mas acontece num momento em que as evoluções verificadas permitem vislumbrar uma situação em que pode ocorrer uma mais completa democratização do funcionamento do sistema autónomo.

Para o PCP é importante sublinhar hoje, aqui, na presença do mais alto responsável político do nosso País, os pontos que considera essenciais para a evolução próxima futura da vida política da Região.

Em primeiro lugar há que continuar a defender o Sistema Constitucional da Autonomia, sem consentir em perversões que o descaracterizem.

Em segundo lugar há que continuar a lutar até que se consiga uma situação política específica em que os órgãos próprios da Região definam orientações económicas e sociais que visem alcançar um desenvolvimento socialmente útil.

Para que estas duas grandes e essenciais questões sejam conseguidas há que actuar de forma intensa, garantindo por um lado um correcto relacionamento entre a Região e o Estado, assegurando o justo tratamento das questões de interesse regional que a ultrapassem e procurando por outro lado imprimir na nossa sociedade a convicção de que é possível, necessário e útil governar-se de outra forma.

Esta é a uma sociedade insular que está a enfrentar os desafios dos tempos de hoje. Para o fazer tem que ter e tem consciência das raízes que a unem à realidade maior que é o conjunto do nosso País, mas também tem

que ter a certeza profunda de que é no seu seio que se constroem muitas das mudanças que urgem.

Para o PCP a actividade política é um processo contínuo que visa a construção de uma democracia avançada onde a liberdade, o desenvolvimento, a justiça social e cultura sejam partes de um mesmo todo.

Continuaremos, na Região Autónoma dos Açores em geral, e, em particular, neste hemisfério que hoje se inaugura, a trabalhar determinantemente nesse sentido.

Disse:

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhor Ministro da Presidência, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional da Madeira, Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhor Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, Senhor Juíz Conselheiro, Senhor General Comandante das Forças Armadas, Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Com a inauguração das novas instalações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, edifício que alberga o órgão máximo de Governo próprio da Região, dá-se um importante passo, deveras significativo, para a dignidade do órgão e para o prestígio da Autonomia Política e Administrativa da Região Autónoma dos Açores.

A presença, neste acto, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a quem saúdo numa forma especial e demais altas personalidades nacionais e regionais, honra-nos muito pelo contributo que dão à solenidade e à grandeza deste momento.

Este momento é vivido, também numa forma especial pelos ex-Deputados Regionais que noutras legislaturas e noutras instalações deram à causa deliberativa o seu empenho e a sua capacidade, preparando o terreno e desbravando dificuldades para nos legarem estas instalações. Para eles também as nossas saudações.

Senhor Presidente da República:

Uma Assembleia Legislativa deve ser o espaço onde o multipartidarismo democrático das opiniões e dos projectos políticos confronta ideais, gera discussões aceras, agride a

apatia da vida rotineira, compara níveis e padrões de vida.

E nesta Assembleia, como órgão máximo da legitimidade e da representatividade ideopartidária da população dos Açores que se traçam as linhas mestras que hão-de marcar o futuro social, económico e cultural dos Açores;

E nesta Assembleia que se há-de fiscalizar a acção do Governo que dela emana.

Para tanto, tem este órgão que possuir competência legislativa suficiente que lhe permita exercer cabalmente as suas funções e conseqüentemente atingir os objectivos que são devidos às assembleias legislativas no quadro autónómico em que nos movemos.

E sobre este ponto de vista, embora não comunguemos da opinião daqueles que reduzem os poderes desta Assembleia a uma margem de residualidade legislativa da Assembleia da República, entendemos, no entanto, que, com a última revisão constitucional, e com a introdução do novo mecanismo das autorizações legislativas da Assembleia da República às Assembleias Legislativas Regionais, se deram passos que podem permitir interpretações restritivas menos favoráveis e à perda de dignidade e funcionalidade deste órgão e das instituições políticas regionais.

Apresentou esta Assembleia Legislativa Regional, atempadamente, na Assembleia da República, o Estatuto Político-Administrativo dos Açores alterado à luz da última revisão da Constituição da República Portuguesa.

Foi feito um esforço notável para encontrar consenso em redor dum documento que é a carta magna da Autonomia Regional. Todas as forças políticas que constituem o arco ideológico deste hemisfério souberam ceder no acessório para encontrar plataformas de entendimento no essencial.

Tínhamos, em mira, produzir um documento que gerasse, também, na Assembleia da República, a consensualidade e que hoje aqui pudesse ser entregue oficialmente por Vossa Excelência, Senhor Presidente da República.

Estou certo que lhe não faltaria vontade política para assinalar esta cerimónia com a entrega do nosso Estatuto.

Pela parte do CDS lamentamos que tal não tenha sido possível.

Senhor Presidente da República:

Tem sido afirmado, por várias vezes, que viver em ilhas não é fácil, tem custos de vida acrescidos, requer coragem e tenacidade quer para enfrentar as condições adversas de índole ambiental e natural quer para se não deixar tentar por espaços continentais de dimensão

mais vasta e promissora. O contacto quotidiano com esta realidade naturalmente que influencia e cria mesmo mentalidade arquipelágica específica que é preciso não só compreender à luz de parâmetros justos, mas também aceitar.

Ambas as situações requerem atitudes políticas (eivadas) por um lado de uma forte, sólida e indesmentível solidariedade nacional enxuta quer de verbalismos enfáticos e estereis, quer de atitudes ora submissas ora arrogantes e, por outro lado, de um forte empenhamento no progresso dos Açores como parcela da Nação Portuguesa.

Somos uma comunidade que se orgulha do seu portuguesismo e quer, a seu modo, vivê-lo nestas ilhas. Que se desvançam as dúvidas sobre esta matéria e não se tome a núvem por juno.

E a verdade é que, nos Açores, ainda hoje se vive com um rendimento per capita bastante inferior ao do Continente e muito abaixo do da Comunidade Económica Europeia, cada vez mais, nosso espaço natural de referência.

Não se criaram condições de desenvolvimento à iniciativa privada; não se fomentou o espírito empresarial; não se desenvolveram mentalidades com pedagogias de sucesso; não se definiu um modelo claro de economia que dê garantias mínimas e seguras de cálculo de risco.

E como corolário de tudo isto o tecido industrial e comercial dos Açores não se revitalizou e está mergulhado em preocupante apatia.

E esta situação é tanto mais preocupante quanto é certo que se irá reflectir negativamente no futuro dos Açores, condicionando fatalmente o fluxo do seu status demográfico, que constitui a sua maior riqueza.

E sem produção de riqueza e bem-estar ao nível dos padrões da civilização em que nos inserimos não é possível o exercício duma eficaz justiça social que, na perspectiva do CDS, deverá assentar numa justa distribuição de riqueza, tendo como valores referenciais o mérito, a dedicação ao trabalho e a competência.

Urge tomar medidas enérgicas e firmes quer relacionadas com a gestão da Autonomia duma forma mais rigorosa e correcta, quer ainda através da solidariedade nacional gerida num quadro de confiança mútua, sem fantasmas que a ninguém aproveitam e por vezes alimentam veleidades políticas de cariz antidemocrático e antiautónómico.

Senhor Presidente da República:

Esta Casa foi construída para através dela

os legítimos representantes do Povo Açoriano poderem encontrar as melhores políticas sociais, económicas e culturais que, embora respeitando esse povo, dinamize esta comunidade em ordem a encontrar as melhores soluções para os seus problemas concretos.

O Povo dos Açores exige e merece o esforço de todos quantos nesta Casa assumem as preocupações comunitárias.

Saibamos nós corresponder às suas expectativas e anseios.

Disse.

(Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A presença testemunhal dos mais insignes detentores do poder político da hierarquia do Estado neste acto solene de inauguração da Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para além de atestar uma inequívoca solidariedade institucional, confere-lhe especial dignidade e riqueza simbólica, implícitas no reconhecimento da relevância política e cultural de um acontecimento histórico cuja projecção nacional oferece a oportunidade singular de renovar compromissos, cumprir deveres e viabilizar soluções para o fortalecimento do regime democrático e o próprio aperfeiçoamento da Autonomia Regional.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista cabe-me o privilégio de saudar V. Exas...

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Tu és o orador dos discursos solenes do PS!

**O Orador:** ...e de lhes manifestar o nosso agradecimento por participarem nesta cerimónia e, assim, prestarem um contributo significativo para a dignificação do primeiro órgão da Autonomia Regional.

Uma saudação especial é devida a V. Exa. Senhor Presidente da República.

Quis V. Exa. estar uma vez mais presente entre os legítimos representantes do Povo Açoriano, homens e mulheres que procuram encontrar - numa tarefa nem sempre percebida - a satisfação dos anseios e a resolução dos problemas das gentes destas ilhas de bruma que a negligência e a incapacidade de quem manda faz permanecer injusta e desne-

cessariamente marcadas pelo atraso e arretradas das avenidas da modernidade e do bem-estar.

Estando aqui connosco, Senhor Presidente, transmite-nos V. Exa o estímulo do garante constitucional da Autonomia; recebemos igualmente o alento de um grande amigo dos Açores, conhecedor atento das nossas realidades, obreiro decisivo do grande projecto nacional que representa a Autonomia Político-Administrativa das Regiões Insulares Portuguesas.

Os Açorianos não podem prescindir do Vosso apoio Senhor Presidente, particularmente, nesta hora de viragem de uma página importante da nossa História, assinalada pela afirmação nítida de uma vontade colectiva de mudança.

Mudança de critérios, de opções e de comportamento, em que o abandono de conceitos obstructivos do progresso económico e social e a adesão voluntária a novas formas de participação cívica constituem a parte principal de uma realidade em construção alicerçada na criação de mais oportunidades na esperança entusiasmante de todos os que acreditam que um futuro novo se aproxima.

O Povo dos Açores sabe que pode contar sempre com a disponibilidade e a cooperação de V. Exa..

Por tudo, bem haja, Senhor Presidente.

Sentimos também o dever de salientar a presença alargada de antigos companheiros - alguns vindos de longínquas paragens - que, no decurso dos últimos catorze anos, sustentarem o verdadeiro edifício da Autonomia Regional.

Com eles trilhámos uma longa caminhada na defesa dos princípios inalienáveis do regime democrático e da Autonomia Constitucional.

Arrostando com incompreensões e críticas injustas, não desfalecendo perante o risco físico e vivendo em constante instabilidade profissional, os Deputados da primeira hora não voltaram costas às responsabilidades, apesar de não disporem das condições mínimas para um exercício digno e eficaz dos respectivos mandatos.

Foram anos de pioneirismo, essencialmente consumidos numa perseverante luta pela sobrevivência do regime parlamentar conduzida pelos deputados que, em oposição ao poder constituído, permaneceram fiéis ao modelo constitucional da Autonomia, resistindo ao aventureirismo e às perversões atentatórias da credibilidade do regime autónomo.

A todos, independentemente das opções

partidárias ou ideológicas que perfilham, rendemos aqui a nossa homenagem. A todos os que a lei da vida afastou do nosso convívio fica o registo singelo de uma sentida saudade e gratidão.

A ocasião é também oportuna para que se faça justiça ao Homem e ao político que presidiu aos destinos dos Açores durante o ano mais atribulado da sua história recente. Refiro-me ao Senhor General Altino Pinto de Magalhães - estranhamente omitido do elenco de convidados oficiais desta cerimónia - que, exercendo com elevado sentido de Estado as funções de Presidente da Junta Regional dos Açores, se empenhou denodadamente e nas circunstâncias mais desfavoráveis na defesa dos interesses da Região e, no cumprimento de um objectivo fundamental de mandato, garantiu aos Açores o Estatuto de Autonomia que permitiu a realização das primeiras eleições regionais e a constituição do actual regime parlamentar.

A inauguração desta Sede da Assembleia Legislativa Regional tem como raiz profunda esse empenhamento e essa garantia. Ao Senhor General Altino de Magalhães dirigimos a expressão pública do nosso reconhecimento.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

Não podemos encarar esta cerimónia como uma inauguração a mais na onda de exhibições de um eleitoralismo fácil que percorre o País, em que abundam os festins e o "corte-de-fitas", as visitas sucessivas a obras "sempre em curso", e, até, as inaugurações repetidas, organizadas por governantes sem escrúpulos que vêem no exercício da demagogia um meio eficaz para iludir os cidadãos mais desprevenidos.

Essa moda eleitoralista apresenta custos elevados ao regime democrático, porque, a curto prazo determina o desprestígio e o descrédito das instituições e dos agentes políticos que se servem da meia-verdade e de enganos para construir uma imagem artificial da realidade.

Aos governantes que usam tal prática falta a coragem para admitir os erros que cometem: esquecem-se de contabilizar os gastos perdulários de empreendimentos ruinosos; escondem as promessas eleitorais não respeitadas; não explicam a dimensão das faltas nem do muito que há por fazer.

Esses políticos estão plenamente conscientes que tudo ficaria claro se à oposição fossem facultados iguais meios de informação, as mesmas facilidades de acesso aos grandes meios de comunicação social. Porque

seria tão simples repor a verdade: provar os vazios da acção governativa, os desequilíbrios sociais que se agravam, o acentuar das assimetrias regionais e de desenvolvimento, as manchas de pobreza que alastram continuamente na nossa Região e no nosso País.

Mas, como dizia, este acto inaugural terá de ser entendido num contexto de verdade. Ele marca, principalmente, o fim da era do "provisório" na construção da Autonomia e abre uma época de renovação institucional em que a vitalização do regime parlamentar deverá constituir a característica predominante.

As regras de um parlamentarismo subservente de cariz municipalista terão de ceder à instituição de uma actividade política de âmbito regional, esvaziada de disciplinas excessivas que coarctam a liberdade dos eleitos e reduzem - vezes sem fim - o deputado ao papel humilhante de autómato parlamentar.

Não haverá dignificação do regime parlamentar se não for reconhecida a dignidade e a individualidade essenciais ao exercício das funções do deputado numa democracia representativa.

Urge, portanto, reflectir sobre a crise da nossa modalidade de parlamentarismo, por forma a aproximar os eleitos dos eleitores, transformando o Parlamento numa instituição viva e actuante que promova a estabilidade e o enriquecimento do regime democrático.

Para tanto há que devolver à oposição mais direitos, atribuir-lhe os necessários meios e apoios para que possa cumprir, em proveito de todos, o seu insubstituível papel institucional.

As maiorias que, receando a força da oposição, definem quadros restritivos para o funcionamento parlamentar em obediência a um governamentalismo "todo-poderoso" não poderão receber, por muito tempo, o apoio popular.

Erra e pagará caro quem fizer tal aposta.

Um regime democrático será tanto mais instável quanto mais eficaz for o controle democrático exercido pela oposição.

Qualquer Governo cuja acção se determine no respeito pelas regras democráticas, por normas de isenção e transparência e que se oriente, exclusivamente, para a prestação do serviço público, só retirará vantagens da existência de uma actividade fiscalizadora efectiva e rigorosa.

E a comunidade, em geral, ganhará também.

E no contexto de uma mais ampla capacidade de acompanhamento da acção governa-

tiva que se porá cobro aos abusos do poder, à prática da corrupção, à má gestão dos dinheiros públicos e se averiguará o índice de cumprimento das promessas eleitorais.

Será através de uma cuidada reforma do parlamentarismo regional - encontrada através do diálogo institucional - que conseguiremos renovar a esperança dos cidadãos que em nós confiaram a missão de servir cada uma das nossas comunidades insulares e promover o desenvolvimento harmonioso de uma Região inteira.

Espera-nos muito trabalho nesta hora de mudança.

A confirmação de um vasto descontentamento popular face a uma governação ineficaz e incompetente em áreas-chave para o nosso desenvolvimento económico e social, fará certamente apressar a tomada de consciência dos partidários da actual maioria regional para a necessidade de se adoptar, com urgência, um conjunto de medidas que permitam à Região enfrentar e vencer os obstáculos que a separam dos espaços económicos e sociais que a curtíssimo prazo condicionarão as suas actividades produtivas e o respectivo ordenamento social neste limiar do Século XXI.

A crise de sistema que a Região atravessa recomenda que, nas áreas prioritárias de interesse regional, se procurem, de imediato e sempre que possível, por consenso entre as formações políticas mais representativas, os entendimentos e as soluções mais adequadas à resolução dos problemas inadiáveis com que nos defrontamos.

A grave situação financeira de uma Região sem modelo de desenvolvimento e as recentes dificuldades encontradas nos tortuosos processos de revisão do Estatuto de Autonomia e de aprovação da nova lei eleitoral não só ofuscaram o brilho e o significado desta cerimónia mas ainda - e mais significativamente - evidenciaram a existência de sérios entraves no relacionamento entre as instituições do Estado Democrático cujo suporte político actual, ao assentar na mesma formação partidária, deveria, em princípio, favorecer o diálogo e facilitar entendimentos.

Pobre o País e pobre a Região que se encontrem à mercê de tanto desprezo pelos interesses nacionais e que tão graves provas de irresponsabilidade recebem dos seus governantes.

Pobre de quem governa e não entende que o bem de todos aumenta quando se atende às necessidades das suas partes mais carecidas.

Porque é indubitavelmente a ignorância

o maior adversário da Democracia; seja a ignorância dos que governam ou a ignorância dos governados.

A Liberdade, a Democracia e a Autonomia estão aí bem perto, ao voltar da esquina.

Falta-nos só derrubar umas poucas barreiras que restam, limpar a poeira de algumas vistas turvas, transformar o descontentamento em energias libertadoras de optimismo.

Vamos continuar a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para esclarecer consciências e mobilizar vontades.

Vamos dar forma e corpo a um grande projecto onde a Autonomia signifique Progresso, em que a Liberdade corresponda à ausência do medo e a Solidariedade se confunda com Justiça Social e Desenvolvimento.

Permitam-me que termine citando uma expressão latina - velha de séculos - que nos aponta o desafio fundamental:

### "VOS ESTIS TAM SANCTI SICUT VULTIS"

Depende efectivamente de nós sermos melhores, realizarmos mais.

Vamos reconstruir os Açores, de Portugal e da Europa.

O tempo é já escasso - metamos mão à obra!

Disse.

(Aplausos (de pé) do PS)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Ministro da Presidência aqui em representação do Senhor Primeiro Ministro, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Senhor Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Senhor Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Senhores Membros do Governo, Senhores Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, Senhor Juiz Conselheiro, Senhor General Comandante Chefe das Forças Armadas nos Açores, Senhor Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, Senhores Deputados, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores reúne hoje em Sessão Plenária para assinalar de forma solene a inauguração pelo Senhor Presidente da República do edifício onde, a partir de agora, de modo definitivo, se vai instalar.

A presença, neste acto, do Senhor Presidente da República em acolhimento ao convi-



te que oportunamente lhe foi dirigido, é bem o sinal da importância da cerimónia que acabamos de cumprir e da própria Sessão que estamos realizando.

E presença que confere a este acto a dimensão nacional, com que deve ser entendido, como dimensão nacional tem a própria Autonomia conforme consagrada na Constituição e no Estatuto.

Mas é também, assim o interpretamos, uma presença de solidariedade que nos anima e estimula, na sequência e na perspectiva, de resto, de todas as afirmações, que sobre tão vasto e rico tema, o Senhor Presidente da República proferiu durante a Presidência Aberta em tão boa hora realizada nos Açores, há praticamente um ano, e que não queremos deixar de evocar neste momento, pela importância de que para nós se revestiu, e pela abundância de significados que não deixará de ter tido para o todo nacional. Fica, portanto, aqui a nossa respeitosa saudação e o nosso sentido agradecimento pela presença de Vossa Excelência Senhor Presidente.

Em 4 de Julho de 1976 a então Assembleia Regional dos Açores, reunia, por direito próprio, na sala de festas da sociedade "Amor da Pátria", inaugurando, assim, uma nova era na vida dos Açores, no relacionamento de cada uma das suas parcelas e no diálogo com o país e o mundo, no momento em que estas nove ilhas se organizaram de acordo com o quadro jurídico, consagrado na Constituição da República, conferindo-se, pela primeira vez decerto à Região competências e atribuições que lhe permitiam abrir caminhos de progresso e desenvolvimento capazes de vencer atrasos ancestrais e constrangimentos de muitas décadas.

Era um desafio aberto à nossa criatividade, era o grande apelo à mudança e modernidade de que agora tanto se fala, mas que a autonomia democrática, saída do 25 de Abril, já em si continha.

Ela própria significa uma das maiores transformações do pensamento político do nosso país e da arquitectura do Estado, enquanto significou uma autêntica devolução de poderes e por se ter constituído em verdadeiro projecto nacional que ajustou e galvanizou vontades no sentido da sua real consolidação como único e verdadeiro instrumento da nossa participação política, económica, social e cultural no Portugal que aqui construímos.

Com grande júbilo inaugura-se hoje este edifício que vai servir de Sede à Assembleia Legislativa Regional dos Açores. A partir de agora ele será bem a imagem consolidada

da nossa autonomia democrática e do primeiro e mais importante órgão de governo próprio da Região.

Constituirá, sem dúvida, o local por excelência, onde todos os açorianos se poderão rever naqueles que, por força do mandato recebido, os representam e que têm a obrigação estrita de pautarem a sua actividade na busca das soluções que mais e melhor contribuem para o bem estar do povo do Açores.

Foram sem dúvida longos e árduos os caminhos que nos trouxeram a esta Casa. A Assembleia também ela própria fez o seu percurso, veio passando sucessivamente do mais precário para o mais duradouro, e a cada fase, quase poderíamos dizer, veio sempre correspondendo maior maturidade, maior rigor da definição do seu papel e da sua importância, maior intervenção na vida e no desenvolvimento da sociedade açoriana.

Ela própria, nós próprios fizemos a nossa caminhada de rigor e exigência no pensamento e na acção.

Pensamento e acção que foram capazes de transformar os Açores na realidade que hoje vivemos: de progresso, de modernidade, de tranquilidade e de perspectivas futuras.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não fora essa transformação de pensamento e acção, o labor de todos quantos aqui deram o seu esforço e, decerto, pesem aqueles que têm destas questões visão diferente (mais pessimistas), hoje não estaríamos aqui nesta Sala.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**O Orador:** Podemos com toda a tranquilidade dizer que nos últimos catorze anos a nossa Assembleia protagonizou a história destas ilhas. Aqui se promoveu a construção da unidade do nosso povo, aqui estabelecemos os grandes debates sobre os documentos fundamentais respeitantes à nossa vida colectiva, nela se veio cada vez mais espelhando a identidade deste povo a que pertencemos, que no exercício do seu direito à diferença constrói os Açores e é Portugal aqui.

Antes de terminar permitam-me que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, saúdo muito cordialmente os antigos Deputados presentes nesta Sala que, no cumprimento dos seus mandatos, também contribuíram para que nos encontrássemos hoje aqui.

Saudamos igualmente o Senador Estadual John Correia, Presidente Pro Tempore do Senado de Rohde Island onde, como em outros Estados, é muito forte e influente a presença

dos nossos emigrantes.

Saudamos ainda o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira e o Senhor Vice-Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira, que com a sua presença amiga nos testemunham a sua solidariedade nesta caminhada comum da construção das nossas regiões em autonomia e democracia.

Ao Senhor Presidente da Assembleia da República e ao Senhor Ministro da Presidência aqui em representação do Senhor Primeiro Ministro, cuja presença nos desvanece e nos assegura a compreensão da Assembleia da República e do Governo para os nossos mais prementes problemas, saudamos efusiva e respeitosa.

Está inaugurado o edifício sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Que nesta Casa, a favor da nossa terra, continuemos, em liberdade, a dar o melhor do nosso trabalho e do nosso esforço na diversidade dos nossos ideais e no confronto das nossas ideias, na procura sempre persistente da verdade, da justiça, da tolerância e da paz.

Disse.

(Aplausos do PSD (de pé) e do Governo)

**Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores** (Reis Leite): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Ministro da República, Senhor Ministro da Presidência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Senhor Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Senhores Membros do Governo, Senhor Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, Senhor Juíz Conselheiro, Senhor General Comandante Chefe das Forças Armadas, Senhores Deputados à Assembleia da República, Senhor Senador, Senhores Chefes Militares, Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Honra-se de sobremaneira a Assembleia Legislativa Regional dos Açores por poder contar com a presença de V. Exa., Senhor Presidente da República, neste dia festivo da inauguração da sua nova Sede, porque não pode deixar de interpretar essa presença como mais uma prova de apoio explícito ao processo das Autonomias Regionais.

E também para nós muito gratificante contar com a presença de V. Exa., Senhor Presidente da Assembleia da República, pelo que significa do nunca desmentido apoio pessoal ao nosso Parlamento Regional e como prova das óptimas relações institucionais que

existem entre ambas as Assembleias.

Vemos igualmente com apreço a presença de S. Exa. o Ministro da Presidência, em representação de S. Exa. o Primeiro Ministro, absolutamente impossibilitado de estar presente.

Quero ainda assinalar destacadamente a presença de S. Exa. o Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, que nos traz o abraço do Parlamento da outra Região Autónoma e cuja estadia entre nós é sempre saudada com a alegria de quem recebe os irmãos, e de S. Exa. o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira que vem vincar ainda mais o apoio madeirense à nossa causa comum.

Ficamos muito sensibilizados com a presença de um Senador Estadual Americano, vindo de tão longe num gesto simpático de compreensão para as raízes culturais de muitos dos seus eleitores, pois é representante de um Estado Federado Americano em que a presença açoriana é muito significativa.

Agradeço a presença das autoridades regionais, dos Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu que quiseram corresponder ao convite para estarem connosco neste dia feliz.

E também motivo de alegria poder contar com a presença de antigos Deputados que com o seu entusiasmo e dedicação ao longo destes catorze anos ajudaram a construir a nossa Região, e com a presença dos Arquitectos, Engenheiros, Empreiteiros e Artistas Plásticos que tão entusiasmadamente trabalharam para que este edifício fosse uma realidade.

E pois de festa o dia que se vive nesta Casa e como tal o devemos viver, dando expressão à alegria que é ver concretizado um sonho de tantos que se esforçaram para que fosse possível esta realização, que permite ao Parlamento Açoriano ter uma Sede própria depois de ter sido hóspede da Sociedade Amor da Pátria e de ter estado provisoriamente instalado no edifício do relógio, na antiga Colónia Alemã.

Os edifícios valem antes de mais pelo seu significado e este, que agora inauguramos, tem um grande significado para nos Açorianos pelo que representa de estabilidade e consolidação das instituições autonómicas.

A Autonomia Política e Administrativa tal como vem consagrada na Constituição da República é uma cabal e inteligente resposta portuguesa aos anseios de autogoverno dos povos insulares e conseqüentemente acarreta responsabilidades para as instituições nacionais e regionais. Só num entendimento

correcto destas corresponsabilidades se pode encontrar o caminho para a paz social e para o desenvolvimento tão desejado. Temos ultimamente vivido tempos difíceis em busca duma correcta interpretação do preceito constitucional e estatutário que obriga o Estado a participar no desenvolvimento insular. Encaramos, contudo, com esperança, os sinais que vão aparecendo que tanto a Assembleia da República como o Governo estão dispostos a rever as suas posições e darem passos decisivos na concretização deste desiderato.

Os Açores são hoje, passados catorze anos de experiência governativa autonómica, uma realidade bem diferente do que eram anteriormente, mas seria um absurdo se nos mumificássemos neste progresso conseguido. O progresso gera novas aspirações e novas necessidades a que o poder político tem de estar apto a dar resposta e não é aceitável que vá a reboque. É natural que os Açorianos, como entidade cultural definida, aspirem a dar corpo e forma à sua maneira peculiar de estar no mundo e à sua maneira de serem portugueses. É a isso que orgulhosamente chamamos açorianidade e que temos consciência que extravasa as fronteiras físicas do arquipélago, sendo exigido ao poder político que encontre forma de concretizar essa aspiração. É por isso que vimos lutando para que nesta Casa estejam representados não só os residentes no arquipélago, mas que aqui se ouça a voz da açorianidade na sua plenitude e existam deputados das comunidades emigradas.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A Assembleia Legislativa Regional tem a obrigação de ser a mais completa representação dos Açorianos e só poderá exercer cabalmente esta sua função quando contarmos entre nós com deputados eleitos pela diáspora.

O edifício que agora inauguramos representa um grande esforço de investimento e pretende dar as condições necessárias a um trabalho mais profícuo aos serviços dos Açores. É propositadamente um edifício construído dentro dos cânones da modernidade e deseja-se que fique a assinalar a vontade duma geração que teima em construir uma região virada para o futuro. Nesta Casa se devem rever os Açorianos e nesta Casa se deixa a marca duns Açores modernos e confiantes no seu progresso material e espiritual, certos que o futuro que nos espera é de esperança.

Estão criadas as condições para que também nós, os Açorianos, possamos beneficiar do clima de paz e grande optimismo que se espalham no mundo ocidental. Sem excessos

devemos confiar antes de mais em nós e nas nossas capacidades de nos autogovernarmos, gerando no seio da nossa sociedade as respostas adequadas ao nosso processo de desenvolvimento.

A ideossincracia açoriana faz-nos ser gente duma grande abertura ao mundo e vocacionados para compreender novas experiências e ensaiar novas formas de organização política e social. A actual ossatura do sistema autonómico é uma prova dessa vocação. Pela sua audácia continua a ser exemplar para outras experiências autonómicas europeias. Como todas as coisas necessita de aperfeiçoamentos e acima de tudo de ser um sistema aberto, sempre pronto a poder evoluir para responder aos desafios de cada momento histórico.

A Assembleia Legislativa dos Açores tem tido uma parte muito significativa, a mais importante mesmo, na construção desta Região e na possibilidade de fazer dós Açores uma unidade consciente de cidadãos que se organizam politicamente para se governarem. Queremos viver em liberdade e em sã convivência democrática, porque acreditamos que só assumindo descomplexadamente as nossas diferenças de opinião poderemos ultrapassar as insuficiências insulares e dar os passos definitivos para uma sociedade moderna.

O novo edifício sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores certamente será a obra visível destes ideais e por isso termino fazendo votos para que nele sempre se lute e trabalhe para o engrandecimento da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Presidente da Assembleia da República.

**Presidente da Assembleia da República** (Vitor Crespo): Senhor Presidente da República, Senhor Ministro da Presidência em representação do Senhor Primeiro Ministro, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Senhor Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Senhores Deputados, Execlência Reverendíssima, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A inauguração das novas instalações da Assembleia Legislativa dos Açores constitui - todos o reconhecemos - o lançamento de mais uma pedra na consolidação da Autonomia da Região.

A dignificação da actividade legislativa

e fiscalizadora garante o aprofundamento do sistema democrático, dentro dos caminhos que reforçam a unidade nacional e dão alma à solidariedade entre todos os portugueses.

Este magnífico edifício é mais uma infra-estrutura regional e reveste-se de uma singular importância, para melhorar as condições de trabalho dos Senhores Deputados, que asseguram a expressão da vontade e correntes de opinião dos açorianos.

Reforçar a actividade parlamentar é regra de ouro na construção de sociedades com mais justiça social, mais estabilidade e melhor progresso.

Neste mundo em mudança, é objectivo a prosseguir. Onde a vontade e sabedoria dos homens são mais fortes. Onde o respeito pelas consciências e pela dignidade humana é o princípio **maior**.

Como tive ocasião de referir, perante a Assembleia da República, e aqui gostaria agora de repetir, pedindo desculpa pela extensão, vivemos transformações profundas, em que nos adaptamos às novas realidades de país comunitário, estando a forjar um projecto nacional de futuro.

Quando na Europa, do Ocidente aos Urais, se processam transformações até há bem pouco tempo impensáveis;

Temos obrigação de repensar todos os quadros em que se manifestam e desenvolvem as actividades parlamentares.

Vivendo uma procura acelerada de reajustamento e de pronto desenvolvimento, não podemos seguir por caminhos seguros, sem uma adesão empenhada de todos, sem um projecto firme, que vise um destino fortificante.

Somos uma nação europeia. Mas temos uma identidade a afirmar, temos os nossos méritos e as nossas capacidades a testemunhar. Que não permitem ser abafadas, antes exaltadas, mesmo quando legitimamente exigimos a solidariedade dos países nossos parceiros comunitários.

Impõe-se falar claro e falar verdade. Falar concreto e falar inteligente...

E a realidade é bem diferente de algumas ideias que por aí andam e fazem caminho. Nos Parlamentos faz-se trabalho sério, aturado e de real significado, não só no Plenário que é o objecto da principal atenção - mas também individualmente ou em pequenos grupos, nas Comissões, fora das atenções gerais.

Pelo Parlamento passa o que vai ditar o futuro da colectividade: As leis fundamentais e estruturantes. Por aqui passa a fiscalização e influência da Representação Nacional.

Aqui se exercita a pedagogia das soluções encontradas. A influência é sempre maior

do que a força ou o poder aparentes. Mas é essencial, para que se mantenham perfeitos os equilíbrios institucionais, se fortifique a democracia, a liberdade de escolher e a capacidade de ponderar e de ousar.

Fortalecer e prestigiar o Parlamento é também robustecer a arquitectura constitucional de um Estado Democrático. No encadeamento e trabalho comum de múltiplos elos, o conjunto nunca é mais forte do que a mais frágil das suas partes.

Conhecer melhor e mais aprofundadamente o Parlamento e a sua plena verdade; perceber o seu funcionamento e dar correcta nota do que nele se realiza; atirar sobre ele a luz crua da realidade; agarrar e transmitir a sua essencialidade.

Enfim, tudo, para fortalecer a democracia e a vida política.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Desejo cumprimentar e saudar o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, assim como todos os grupos parlamentares nela representados, pelo dia de hoje, que marca um momento decisivo. Quero também louvar o trabalho que realizaram, mesmo em condições mais precárias.

E seja-me permitido também dirigir uma palavra de saudação e apreço aos Senhores Presidente do Governo Regional, aos Senhores Autarcas e às demais autoridades da Região que, com a sua presença, se associam a este grande acontecimento da Assembleia Legislativa Regional.

Portador do abraço fraterno da Assembleia da República - órgão de soberania eleito e representante de todos os portugueses, onde quer que vivam - quero manifestar os sentimentos e a vontade firme de uma colaboração cada vez mais forte. As melhorias de estruturas, aqui na Horta, no Funchal, como as que estamos prosseguindo em Lisboa, não deixarão de produzir efeitos positivos para um trabalho mais eficaz, com menos burocracia e mais facilidades de comunicação.

O acto que celebramos tem também o significado de um aprofundamento das Autonomias Regionais.

Não posso deixar de afirmar que trago comigo a mágoa, de neste dia de festa e de exaltação das Instituições Autónomicas, não estar ainda concluída a segunda revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Nós, parlamentares, sabemos que, por vezes, surgem atrasos. Tenho, no entanto, a firme convicção que a Lei será aprovada até ao termo da presente sessão legislativa.

Nesse sentido continuarei a pôr todo o meu empenho.

Exatidão:

O bem é essencialmente um ser grupal.

As suas perspectivas de realização e satisfação individuais, o seu bem-estar, assim como o salutar relacionamento com o meio ambiente, desabrocham na plenitude da vivência comunitária.

E mais feliz quando inserido e partilhando os "momentos" da Família, da sua aldeia, cidade ou região, identificado com o País em que nasceu e com a cultura que o acompanha desde o berço.

Os processos de mundialização alargam-se a todos os domínios; a interpenetração de interesses e a criação de esquemas de ordenação florescem na procura de soluções para os problemas que se colocam às várias sociedades.

Estamos perante o despertar de interações políticas que, no nosso caso, estão a conduzir, não apenas a uma união económica e monetária, mas também a fórmulas de união política, ainda que estas últimas se encontrem num estágio de concepção e fertilização. O seu fim último terá de ser o engrandecimento do bem-comum.

Esta união política, para que a Europa caminha, tem de ser preparada e assumida para que se não transforme num Pacto qualquer. A história demonstra à sociedade, que os Pactos não deram estabilidade nem segurança. Uma e outra, só resultam quando são desejadas e assumidas pelos povos e cidadãos de cada uma das partes envolvidas.

São estas as tendências do tempo presente. De que não podemos, nem queremos afastar-nos, sob pena de marginalização, com o seu cortejo de nefastas consequências.

E nesta perspectiva que melhor sentimos a necessidade de erigir o sentido gregário como padrão de vida política e social. Que busca no quadro das instituições democráticas, os modelos e esquemas que, sem deixarem de se enquadrar nos moldes de uma fraternidade colectiva, impeçam o apagamento do Homem num igualitarismo e massificação asfíxiantes.

Impõe-se o reforço de identificação de cada cultura e o respeito pelo sentir próprio das populações e seus modos de viver. Maneira única de proporcionar o desenvolvimento em justiça, animado pelo pulsar da vontade comum.

O Processo Autónimo, que corresponde a uma velha aspiração, foi a fórmula encontrada para esta magnífica Região dos Açores. Fórmula por todos sentida e acarinhada e que recebeu consagração constitucional.

A Autonomia Regional contribui, de forma decisiva, para esbater disparidades e assimetrias que ainda se verificam no todo nacional.

A Região dos Açores, constituída por várias ilhas, região de periferia, sente na sua carne os custos da insularidade. Tem gastos acrescidos para desenvolver os transportes, os sistemas escolares e de saúde, enfim, são maiores os custos do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** E dever nacional contribuir para a redução desses encargos.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Só nos realizaremos, inteiramente para exercer o papel a que temos direito, manifestando todas as nossas potencialidades neste mundo em mudança, e exercer a influência que nos cabe, pela história e pelo valor das nossas gentes, se formos solidários uns com os outros, e soubermos ter a justa dimensão do valor humano.

**Deputado Melo Alves (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A nossa solidariedade e a solidariedade entre instituições a que nos encontramos ligados, designadamente a Comunidade Europeia, enriquece a autonomia regional e enriquece o país.

Têm aqui pleno cabimento as palavras de um grande escritor, que veio ao mundo embalado pelo cantar do mar açoriano, respirando o ar salgado das maresias da Terceira, e teve como primeiro olhar a montanha alta-neira que rasga os céus da ilha do Pico:

Pensemos a promessa da palavra

Na esperança de ser mais que som no ouvido.

.....

A pergunta é mortal de essência e origem:

.....

Tenho dito.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

**Presidente:** Vai usar agora da palavra o Senhor Presidente da República.

**Senhor Presidente da República (Dr. Mário Soares):** Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhor Ministro da Presidência e Ministro da Defesa Nacional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e Senhores Membros do Governo, Senhor Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Senhores

Deputados da Assembleia da República, do Parlamento Europeu e Regionais, Senhor Bispo dos Açores, Excelência Reverendíssima, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É uma grande honra - e um gosto muito particular - presidir hoje a esta sessão solene de inauguração da nova, e magnífica, sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Trata-se, com efeito, de um acto de especial significado. Através dele, comprovam-se, uma vez mais, a vitalidade e a solidez das instituições autonómicas não só pela realização, na Região, de uma grande obra material, que constituirá um motivo de orgulho para os açorianos, como, sobretudo, por se tratar de uma obra que passa a ser a sede da Assembleia Legislativa Regional, sendo certo de que os parlamentos - a nível nacional ou regional - representam o fulcro da legitimidade democrática, uma vez que, na sua expressão plural e livre, traduzem os sentimentos genuínos das populações que os elegem.

A autonomia regional - disse-o, por diversas vezes, durante a presidência aberta que aqui teve lugar, faz agora um ano - só foi possível graças ao advento da democracia pluralista resultante do 25 de Abril. Aliás, o carácter original das experiências autonómicas constitui, em Portugal, uma das realizações mais fecundas da democracia. Por outro lado, insere-se, naturalmente, na construção europeia em que nos integramos, como Nação, desde Junho de 1985. Se estamos a trabalhar pela Europa dos Cidadãos, num espaço económico aberto, entendemos que esse espaço deverá ser marcado pela solidariedade, onde as diversidades sejam reconhecidas e respeitadas, o que significa que estamos igualmente a construir a **Europa das Regiões**.

É esta uma das razões pela qual urge prosseguir e aprofundar, nos limites marcados pela unidade e coesão nacionais, indispensáveis, a experiência autonómica. Não só porque é indiscutivelmente útil e benéfica para as populações insulares e, igualmente, para o desenvolvimento de Portugal, como um todo, como porque se insere coerentemente na nova arquitectura europeia em construção.

Na verdade, as sociedades democráticas contemporâneas assentam a sua eficácia e o seu dinamismo na pluralidade e nas diferenças - das comunidades, das pessoas, das regiões, dos grupos e dos projectos. Nesse sentido, a experiência da autonomia regional constitui uma forma insubstituível de responsabilização dos cidadãos na gestão dos seus interesses e na realização das suas

aspirações.

Vivemos um tempo de profundas mudanças políticas, económicas e de crescente internacionalização na abordagem dos diferentes problemas que hoje se põem ao homem, a diversos níveis e a partir de múltiplos e complexos pontos de vista. Dois movimentos, só aparentemente contraditórios, mas de facto complementares, suscitam o entusiasmo dos Povos: o desejo democrático de autonomia, que implica o autogoverno, e a necessidade, cada vez mais urgente, de solidariedade. Por um lado, as nações agrupam-se, atenuando rivalidades, antigos egoísmos e velhas emulações, para melhor defenderem os seus interesses, tendo em conta a dimensão dos mercados, a dinâmica do progresso e a incontável importância, à escala internacional, dos grandes espaços. Mas, por outro lado, sentem necessidade, mesmo em quadros nacionais unitários, como é o nosso caso, de sublinhar o que é diferente e específico. Assim, cada Região, vê abrir-se à sua frente um largo campo de criatividade e de autonomia, porque o contraste das diferentes identidades constitui um inestimável factor de enriquecimento e de inovação. Onde, como disse acima, o impulso supranacional com que participamos activamente na Comunidade Europeia - quando está na ordem do dia não só a União Económica e Monetária como a própria União Política - não ser contraditório, mas antes complementar, da afirmação das autonomias, tal como as temos vindo a conceber e realizar, acompanhada por um esforço sério, que cada dia mais se impõe, de descentralização, de democratização e de partilha assumida das responsabilidades. O que implica - como é evidente - uma consciencialização acrescida das nossas múltiplas responsabilidades de cidadãos. Porque a autonomia se aprofunda quando se interioriza na consciência dos cidadãos, permitindo que a diversidade de identidades e de contributos estimule a solidariedade e uma consciência nacional aberta à modernidade e ao desenvolvimento.

Ora, como também tantas vezes tenho dito, a democracia - e a autonomia, que é um dos seus aspectos - só se aperfeiçoarão através do debate democrático, do exercício habitual da tolerância, da abertura e da consciência da diversidade. Daí a necessidade, nas sociedades livres, de consensos estáveis e de uma franca apresentação de pontos de vista diferenciados, com projectos específicos e contrastados, a propósito dos diversos temas nacionais e regionais. Como Presidente da República tenho o dever constitucional

de ser o garante do regular funcionamento das instituições democráticas - logo, das autonomias regionais - e da unidade nacional. E nesse sentido, que julgo ser indispensável reafirmar, uma vez mais, a ligação estreita entre solidariedade nacional e autonomia. São duas faces da mesma moeda, uma vez que uma sem a outra conduzirá ao empobrecimento e ao desperdício de energias e de potencialidades, quer a nível regional quer da Nação.

A construção de um Portugal moderno, aberto ao futuro e europeu passa pela coragem de agirmos todos de acordo com a prioridade do desenvolvimento, com verdadeira dimensão social, corrigindo as assimetrias regionais e preservando os equilíbrios que asseguram a todos igualdade de oportunidades, o exercício pleno da cidadania e o usufruto equitativo dos benefícios do progresso. A modernização não pode ser feita à custa do agravamento das assimetrias regionais e das desigualdades sociais. Daí a prioridade que temos de dar à **solidariedade** - nos diversos campos de acção e na definição das próprias prioridades estratégicas para o Portugal contemporâneo, por forma a que esteja apto a responder positivamente aos poderosos desafios políticos, económicos, sociais e culturais que o futuro próximo lhe reserva bem como às exaltantes oportunidades que se lhe apresentam, pela primeira vez, desde há muitos séculos e que não deve deixar perder.

Falar de autonomia significa, pois, invocar a democracia, a solidariedade, a diversidade, a força das complementaridades, a necessidade do desenvolvimento na justiça, e o apelo à partilha de responsabilidades. É a forma que julgo mais coerente de ter um entendimento equilibrado, aberto e realista das autonomias regionais.

Num tempo em que estamos confrontados com uma grande aposta europeia que tem de ser vencida, não deixaremos enfraquecer a vertente atlântica da nossa vocação nacional. Importa, aliás, que assumamos o compromisso de colocar em comum as nossas energias e potencialidades no delineamento de uma estratégia capaz de garantir a solidariedade e que se traduza em mais efectiva igualdade de oportunidades - para todos - e num mais equitativo acesso das zonas menos desenvolvidas aos frutos do progresso e do desenvolvimento. Assim, **interioridade e insularidade** devem continuar a preocupar-nos, exigindo que sejamos capazes de dar respostas eficazes e atempadas às formas de desigualdade ou às disparidades mais gritantes na distribuição de recursos.

Os Açores constituem um exemplo fecundo e vivo de uma população capaz de compreender que autonomia e patriotismo são valores que se enriquecem mutuamente. Por isso o universalismo e a dimensão espiritual são constantes da riquíssima cultura gerada nos Açores que tanto nos toca pela sua generosidade, criatividade subtil, densidade de pensamento e sentido crítico. Cultura, a que a tão dinâmica Universidade dos Açores tem sabido dar um impulso digno da maior admiração e respeito.

Ao inaugurar, nesta tão bela e acolhedora cidade da Horta, a nova sede da Assembleia Legislativa Regional - e ao felicitar vivamente os artistas que conceberam e aqueles que a realizaram em todos os escalões de responsabilidade - gostaria de deixar uma última palavra de confiança nas instituições democráticas - e, portanto, nos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas - e na sua capacidade de responderem adequadamente aos desafios que estão lançados à economia e à sociedade portuguesa. A construção europeia, a internacionalização da economia, a defesa do ambiente, a necessidade de compreendermos os ventos de mudança, a complexidade do mundo contemporâneo, a abertura da Ciência e das novas Tecnologias a novos espaços de criatividade e inovação - tudo isso tem de nos mobilizar, envolvendo activamente as novas gerações nas tarefas do futuro. Nenhum contributo, nenhuma energia poderão ser desperdiçados. Temos de saber viver a autonomia como um factor de solidariedade e a solidariedade como uma garantia suplementar de liberdade e de justiça.

Disse.

(Aplausos (de pé) de toda a Câmara)

**Presidente:** Segue-se agora a sessão de cumprimentos ao Senhor Presidente da República no nosso Salão Nobre.

Está encerrada a Sessão.

(Eram 16,45 horas)

---

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - António Gaspar Silva, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, José Carlos Simas, José Maria Bairos, Luís Bastos, Rui Melo, Victor Evaristo; **PS** - Carlos Pinto, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior; **CDS** - Rui Meireles).

---

(Deputado que faltou à Sessão: **PSD** - Henrique Aguiar Rodrigues).

---

**A Redactora Principal:** Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.